



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

## 1ª CÂMARA

Processo TC nº 06.465/10

Objeto: Pensão

Beneficiário (a): Daniel Rodrigues dos Santos

Servidor (a): Geralda Gomes de Farias

Órgão: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Sebastião de Lagoa de Roça

Pensão – Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC - 0879/2011

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do Processo TC nº 06.465/10, referente à concessão de Pensão por morte da servidora Geralda Gomes de Farias, Servente (inativa), Matrícula nº 0071, tendo como beneficiário Daniel Rodrigues dos Santos, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e da proposta de decisão do relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **JULGAR REGULAR** o ato concessivo, tendo presentes sua legalidade e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento a Representante do Ministério Público.  
**TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara - Plenário Cons. Adailton Coelho Costa.**

João Pessoa, 12 de maio de 2011.

*Cons. ARTHUR PAREDES CUNHA LIMA*  
**PRESIDENTE**

*Cons. Subst. ANTONIO GOMES VIEIRA FILHO*  
**RELATOR**

Fui presente :

**REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO**



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

**PROCESSO TC nº 06.465/10**

### RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do **Presidente do** Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cabedelo concedendo Pensão por morte da servidora Geralda Gomes de Farias, Servente (inativa), Matrícula nº 0071, tendo como beneficiário o Sr. Daniel Rodrigues dos Santos. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo do benefício elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas.

É o relatório.

*Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho*  
**Relator**

### VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer Oral do Ministério Público Especial voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo de Pensão a Daniel Rodrigues dos Santos.

É o voto!

*Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho*  
**Relator**